

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5.

1 Parece que o processo de destruição do pensamento individual é uma consequência natural das nossas práticas educativas. Quanto mais se é obrigado a ler, menos se pensa.

4 Schopenhauer tomou consciência disso e o disse de maneira muito simples em alguns textos sobre livros e leitura. O que se toma por óbvio e evidente é que o pensamento está

7 diretamente ligado ao número de livros lidos. Tanto assim que se criaram técnicas de leitura dinâmica que permitem que se leia **Grande Sertão – Veredas** em pouco mais de três

10 horas.

Ler dinamicamente, como se sabe, é essencial para se preparar para o vestibular e para fazer os clássicos

13 “fichamentos” exigidos pelos professores. Schopenhauer pensa o contrário: “É por isso que, no que se refere a nossas leituras, a arte de não ler é sumamente importante”. Isso

16 contraria tudo o que se tem como verdadeiro, e é preciso seguir seu pensamento. Diz ele: “Quando lemos, outra pessoa pensa por nós: só repetimos seu processo mental”.

19 Quanto a isso, não há dúvidas: se pensamos os nossos pensamentos enquanto lemos, na verdade não lemos. Nossa atenção não está no texto. Ele continua: “Durante a leitura,

22 nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro

25 perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria”.

Nietzsche pensava o mesmo e chegou a afirmar que,

28 nos seus dias, os eruditos só faziam uma coisa: passar as páginas dos livros. E com isso haviam perdido a capacidade de pensar por si mesmos. “Na verdade, eles não pensam; eles

31 reagem. Vi isso com meus próprios olhos: pessoas bem-dotadas que, aos trinta anos, haviam se arruinado de tanto ler. De manhã cedo, quando o dia nasce, quando

34 tudo está nascendo – ler um livro é simplesmente algo depravado”.

E, no entanto, eu me daria por feliz se as nossas

37 escolas ensinassem uma única coisa: o prazer de ler!

Internet: <<https://rubemalves.wordpress.com>> (com adaptações).

QUESTÃO 1

A respeito de aspectos gramaticais e semânticos do trecho “Quanto mais se é obrigado a ler, menos se pensa. Schopenhauer tomou consciência disso e o disse de maneira muito simples em alguns textos sobre livros e leitura” (linhas de 3 a 5), assinale a alternativa correta.

- (A) Haveria prejuízo gramatical para o texto caso se inserisse **tanto** imediatamente antes de “menos”.
- (B) Caso se queira reduzir a expressão “muito simples” a uma única palavra, esta só poderia ser **simpplíssima**.
- (C) O pronome “o” retoma, por coesão, o substantivo Schopenhauer.
- (D) O termo “disso” é uma contração da preposição **de** com o pronome **isso** e remete a todo o período imediatamente anterior.
- (E) A preposição “sobre” tem, na frase, o sentido de **em cima de**.

QUESTÃO 2

Considerando as ideias do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Infere-se do texto que, por se pautarem na obrigatoriedade da leitura de grande quantidade de livros, as práticas educativas prejudiquem a autonomia do pensamento e o prazer da leitura.
- (B) De acordo com o texto, a leitura dinâmica é de grande proveito na preparação do candidato a concursos públicos, visto que se assenta em reflexões, permitindo aprofundamentos na compreensão das obras lidas.
- (C) O texto expõe o pensamento de pensadores e professores, que são unânimes na defesa da numerosidade de obras lidas para a edificação da cultura do indivíduo, ainda que em detrimento da qualidade da leitura.
- (D) A partir das informações do texto, conclui-se que, quanto menos se pensa, mais se é obrigado a ler, sendo isso uma consequência natural das práticas educativas atuais.
- (E) Afirma-se no texto que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria, do mesmo modo que quem sempre anda a cavalo acaba esquecendo como se anda a pé.

QUESTÃO 3

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Haveria prejuízo gramatical para o período caso fossem substituídos os dois-pontos da linha 28 por um travessão, pois este isolaria, incorretamente, uma oração que restringe o termo anterior a que se refere.
- (B) Por não interferirem no sentido da frase em que se inserem, as vírgulas da linha 11 são facultativas, podendo ser corretamente excluídas.
- (C) Na abertura do texto, “Parece” é empregado como verbo que tem significação completa e que deixa entrever alguma incerteza do autor sobre o enunciado a ser apresentado.
- (D) Seria mantida a correção gramatical se fosse substituída a forma verbal “havam” (linha 29) por **havia**.
- (E) A troca de “mesmos” (linha 30) por **próprios** criaria uma impropriedade vocabular no período, com modificação do sentido original.

QUESTÃO 4

Acerca da correção gramatical do texto, dos conteúdos nele apresentados e de sua tipologia textual, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez que se presta a fornecer esclarecimentos acerca dos processos de leitura, esse texto é classificado como instrucional.
- (B) Nas linhas 8 e 9, haverá prejuízo gramatical para o texto caso se substitua “que permitem que se leia” por **permitem que leia-se**.
- (C) Nas linhas 14 e 15, seria correta a inclusão do acento indicativo de crase no “a” da construção “no que se refere a nossas leituras”.
- (D) A construção “Fiz o meu dever” pode equivaler a **Fi-lo**. Da mesma forma, “Diz ele” (linha 17) corresponde a **Di-lo**.
- (E) De acordo com a norma-padrão, seria mantida a correção gramatical, na linha 19, caso a forma verbal “há” fosse substituída por **tem**.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que apresenta proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto: “Durante a leitura, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria” (linhas de 21 a 26).

- (A) **Durante a leitura, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando os campos de batalha finalmente, se retiram, resta o que? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, gradualmente, a capacidade de pensar por conta própria**
- (B) **Enquanto se lê, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos de estranhos. Como estes, finalmente, se retiram, o que resta? Consequentemente, aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria**
- (C) **Enquanto se lê, a cabeça da gente é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Como estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria**
- (D) **No decurso da leitura, nossa cabeça é somente o campo de batalha de pensamentos de outrem. Quando esses pensamentos, finalmente, são afastados, o que resta? Por conseguinte, aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, pouco a pouco, a capacidade de pensar por conta própria**
- (E) **Enquanto se lê, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, rapidamente, a capacidade de pensar por conta própria**

QUESTÃO 6

À noite, no jardim, uma maçã teria caído não em sua cabeça, mas entre ele e a Lua. Ao ver a cena, Newton teria se questionado se a força que puxava a maçã para baixo era a mesma que fazia a Lua girar em torno da Terra.

Internet: <<http://super.abril.com.br>>.

Quando se fala em dinâmica de corpos, a imagem que vem à cabeça é a clássica e mitológica de Isaac Newton, lendo seu livro sob uma macieira. Repentinamente, uma maçã cai sobre a sua cabeça. Segundo consta, este foi o primeiro passo para o entendimento da gravidade, que atraía a maçã.

Internet: <<http://www.sofisica.com.br>>.

Considerando-se as estruturas sintáticas e os aspectos semânticos da língua portuguesa nos fragmentos de texto acima, é correto afirmar que,

- (A) no primeiro fragmento, as duas vírgula que isolam “no jardim” foram empregadas para separar termo de caráter explicativo.
- (B) no primeiro fragmento, é facultativo o emprego repetido do “se” em “teria se questionado se a força”, visto que a primeira ocorrência pode ser excluída, sem prejuízo gramatical para o texto.
- (C) no segundo fragmento, caso se colocasse o “se” depois de “fala”, seria mantida a correção gramatical do texto, pois a colocação é, no caso, opcional.
- (D) no segundo fragmento, o uso do acento indicativo de crase em “vem à cabeça” deve-se à regência do substantivo “imagem” e à presença do artigo feminino, determinando “cabeça”.
- (E) em ambos os fragmentos de texto, a referência à queda da maçã sobre a cabeça de Newton é tratada como um fato sem comprovação histórica.

Texto para as questões de 7 a 9.

1 A história de que Newton descobriu a gravidade
quando uma maçã caiu em sua cabeça é antiga. Um dos
primeiros a contá-la foi o filósofo Voltaire, que escreveu
4 sobre Newton e o tornou famoso entre os franceses. Voltaire
afirmou ter ouvido a história de uma sobrinha do físico. Já o
biógrafo William Stukeley disse ter ouvido do próprio.
7 Segundo eles, o fato teria ocorrido em 1665, quando Newton
estava na casa da mãe, protegendo-se da peste das cidades.
À noite, no jardim, uma maçã teria caído não em sua cabeça,
10 mas entre ele e a Lua. Ao ver a cena, Newton teria se
questionado se a força que puxava a maçã para baixo era a
mesma que fazia a Lua girar em torno da Terra. Verdade ou
13 não, o fato é que o físico ainda demoraria duas décadas para
fazer essa descoberta.

Até o século XX, Newton era conhecido como um cara
16 racional. Após sua morte, escritores trataram de ressaltar
seus feitos e sua obra-prima, os **Princípios Matemáticos
da Filosofia Natural**. Nesse livro, ele mostrou,
19 matematicamente, que um corpo parado ou em movimento
tende a ficar assim se não houver outra força na jogada. Com
a Lei da Gravitação Universal, Newton provou que todos os
22 corpos do Universo, seja a Lua ou uma maçã, obedecem à
mesma força de atração.

Leandro. **Isaac Newton Narloch: fé e física**. In: **Superinteressante**.
Internet: <<http://super.abril.com.br>> (com adaptações).

QUESTÃO 7

No que se refere às estruturas do texto e aos conteúdos nele apresentados, assinale a alternativa correta.

- (A) O adjetivo “próprio” (linha 6) refere-se ao filósofo Voltaire.
- (B) De acordo com o texto, escritos de Voltaire celebrizaram Newton mundialmente.
- (C) O texto menciona três personagens importantes da história mundial: Newton; Voltaire; e William Stukeley.
- (D) O texto afirma que Isaac Newton foi atingido pela peste negra, uma pandemia tão devastadora que chegou a dizimar um terço da população mundial.
- (E) O substantivo “físico” (linha 5) remete, por coesão lexical, a “Newton” (linha 4).

QUESTÃO 8

No texto, sem alteração de sentido, seria sintaticamente correto substituir

- (A) “de que” (linha 1) por **da qual**
- (B) “quando” (linha 2) por **porque**
- (C) “em sua cabeça” (linha 2) por **na cabeça dele**
- (D) “Ao ver” (linha 10) por **Ao vir**
- (E) “o fato é que” (linha 13) por **o fato é de que**

QUESTÃO 9

Acerca das estruturas linguísticas do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na linha 6, os sentidos do texto estariam preservados caso se substituísse “ter ouvido” por **ouvir**.
- (B) O assunto abordado no texto e o veículo utilizado para sua divulgação exigiram do autor a adoção de uma linguagem predominantemente formal, embora se encontrem, de forma esparsa, exemplos de construções em linguagem mais descontraída, própria da informalidade linguística.
- (C) Caso fosse substituído o termo “a mesma” (linhas 11 e 12) por **o mesmo**, seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto, uma vez que **o mesmo** poderia ser interpretado como **o mesmo fato** ou **o mesmo acaso**.
- (D) Mantêm-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto se a forma verbal “houver” (linha 20) for substituída por **tiver**, uma vez que será mantido o sujeito: “um corpo parado ou em movimento” (linha 19).
- (E) De acordo com a norma-padrão, estaria correta a exclusão do acento indicativo de crase no “à” (linha 22) que antecede “mesma força de atração” (linha 23).

QUESTÃO 10

Com relação à correspondência oficial, assinale a alternativa correta de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- (A) A simplicidade da linguagem é acatada nas comunicações que partem dos órgãos públicos federais, desde que não represente pobreza de expressão.
- (B) Dada a grande extensão do território brasileiro, são bem-aceitos os regionalismos vocabulares nos atos e expedientes oficiais.
- (C) Uma das características do texto oficial é ser coeso, ou seja, ser capaz de transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras.
- (D) **Um novo tema social propõe-se ao reconhecimento da demanda não satisfeita, mediante os mecanismos da participação e o envolvimento ativo dos operadores** é um exemplo de texto claro e adequado para constar de um documento oficial.
- (E) O jargão burocrático deve ter amplo emprego nos atos e expedientes oficiais porque favorece a compreensão das mensagens pelo maior número possível de pessoas.

QUESTÃO 11

De acordo com o que dispõe o Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, assinale alternativa correta.

- (A) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
- (B) O servidor público jamais poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, terá de decidir somente entre o legal e o ilegal.
- (C) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
- (D) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais não têm significância para o serviço público, o qual deverá observar apenas a estrita legalidade.
- (E) Fatos e atos verificados na vida privada do servidor público não poderão acrescer ou diminuir seu bom conceito na vida funcional.

QUESTÃO 12

Segundo o Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, é dever fundamental do servidor público

- (A) atender a todas as pressões de superiores hierárquicos, contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas.
- (B) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade de seu caráter e escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o servidor.
- (C) ocultar de seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
- (D) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- (E) dificultar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.

QUESTÃO 13

No que tange às diferenças entre a ética e a moral, assinale a alternativa correta.

- (A) A ética é influenciada por fatores sociais e históricos, havendo diferenças entre os conceitos éticos de um grupo para outro, enquanto a moral se pauta pela universalidade.
- (B) A ética, verificada na ação reiterada no tempo e no espaço, é tida como particular. A moral, de cunho filosófico, é tida como universal.
- (C) Enquanto a ética tem cunho filosófico e está contida na reflexão, a moral está contida na ação.
- (D) Enquanto a moral, como disciplina filosófica, é especulativa, a ética, seu objeto de estudo, é normativa.
- (E) Moral é o conhecimento que oferta ao homem critérios para a eleição da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana.

QUESTÃO 14

No exercício de cargo ou função, **não** é considerado como um comportamento ético do servidor público

- (A) prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento e, assim, evitando a conduta negligente.
- (B) deixar qualquer pessoa à espera de solução que compita ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço.
- (C) atuar com cortesia, boa vontade, urbanidade e cuidado.
- (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade de seu caráter e escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- (E) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.

QUESTÃO 15

O exercício da cidadania dá-se com o gozo de direitos e o desempenho de deveres. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há qualquer relação entre ética e cidadania, uma vez que a ética se encontra no plano filosófico, enquanto a cidadania se encontra no plano normativo.
- (B) O exercício da cidadania deve pautar-se por contornos éticos, materializando-se na escolha da melhor conduta, tendo em vista o bem comum.
- (C) É considerada como ética a conduta do cidadão que sonegue o pagamento de impostos, alegando corrupção por parte do governo.
- (D) A relação entre ética e cidadania é bastante próxima, pois a cidadania costuma ser uma forma de guiar a ética.
- (E) Só pode ser considerado como cidadão aquele que cumpre com seus deveres éticos.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei n.º 5.766/1971, são atribuições dos conselhos regionais de psicologia

- (A) elaborar e aprovar o Código de ética profissional do psicólogo e orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo.
- (B) elaborar e encaminhar a prestação de contas ao tribunal de contas e aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelos psicólogos.
- (C) zelar pela observância do Código de ética profissional, impondo sanções por sua violação, e funcionar como tribunal regional de ética profissional.
- (D) elaborar a proposta orçamentária anual a ser apreciada pela assembleia dos delegados regionais dentro dos prazos regimentais e fixar os critérios para a elaboração das propostas orçamentárias regionais.
- (E) servir de órgão consultivo em matéria de psicologia e publicar, anualmente, o relatório de seus trabalhos e a relação de todos os psicólogos registrados.

QUESTÃO 17

Consoante dispõe a Resolução CFP n.º 3/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) Seleção profissional é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se investigam os interesses, as aptidões e as características de personalidade do consultante, visando proporcionar-lhe condições para a escolha de uma profissão.
- (B) Método psicológico é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se diagnosticam e prognosticam as condições de ajustamento e desempenho da pessoa a um cargo ou atividade profissional, visando a alcançar eficácia organizacional e procurando atender às necessidades comunitárias e sociais.
- (C) Técnica é o conjunto sistemático de procedimentos orientados para fins de produção ou aplicação de conhecimentos.
- (D) Diagnóstico psicológico é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se analisa e se estuda o comportamento de pessoas, de grupos, de instituições e de comunidades, em sua estrutura e em seu funcionamento, identificando-se as variáveis nele envolvidas.
- (E) Orientação psicopedagógica é o processo que propicia condições de autorrealização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação.

QUESTÃO 18

À luz da Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que

- (A) as obras e os serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratados com terceiros, sejam necessariamente precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na própria Lei n.º 8.666/1993.
- (B) as normas de licitações e contratos devam privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de capital estrangeiro e empresas de pequeno e médio porte, desde que possuam apenas uma filial.
- (C) se considere como obra pública toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição; conserto; instalação; montagem; operação; conservação; reparação; adaptação; manutenção; transporte; locação de bens; publicidade; seguro; e trabalhos técnico-profissionais.
- (D) deverá o licitante, para concorrer à licitação, participar, direta ou indiretamente, do projeto básico ou executivo, quer seja pessoa física ou jurídica, e, no caso desta última, deverá ainda ter pelo menos quatro anos e meio de atividades exercidas na área.
- (E) as modalidades de licitação enumeradas na Lei de maneira exaustiva sejam o leilão, a comissão, a concorrência, a tomada de preços, o convite e o concurso.

QUESTÃO 19

Conforme o Decreto-Lei n.º 200/1967, assinale a alternativa correta.

- (A) Entende-se por empresa pública o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.
- (B) Entende-se por sociedade de economia mista a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da Administração indireta.
- (C) Fundação pública nada mais é que a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- (D) Entende-se por autarquia a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- (E) As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; subordinação; disciplina; centralização com delegação de competência; e controle orçamentário global.

QUESTÃO 20

Segundo a Resolução CFP n.º 20/2007, é correto afirmar que

- (A) o Conselho Regional de Psicologia da 17.ª Região seja uma autarquia federal integrante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia político-administrativa e financeira, com sede em Natal e jurisdição no estado do Rio Grande do Norte.
- (B) o Conselho Regional de Psicologia (CRP) seja composto pelos seguintes órgãos consultivos: um plenário; uma diretoria executiva; duas comissões de ética e uma de justiça; oito congressos; e duas assembleias mistas.
- (C) a diretoria, órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do plenário, seja constituída de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e assistente técnico, eleitos pela assembleia anual, pelo prazo de dois anos, sendo permitida sua reeleição por apenas três vezes.
- (D) compita ao vice-presidente, ao secretário e ao tesoureiro, nesta ordem, e na falta de todos eles, ao membro mais idoso do conselho, substituir sucessivamente, em seus impedimentos ou suas faltas temporárias, os cargos vagos na escala, devendo a substituição ser referendada pelo plenário. O tesoureiro, entretanto, somente poderá substituir o presidente.
- (E) o CRP da 17.ª Região tenha como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo no território sob sua jurisdição, competindo-lhe zelar pela fiel observância dos princípios ético-profissionais e contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Segundo a Lei de improbidade administrativa, atentam contra os princípios da Administração Pública as ações ou omissões que violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, tais como

- (A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, **não** é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que

- (A) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante em situações que envolvam cônjuge, companheiro ou parente e afins até o quinto grau.
- (B) esteja litigando administrativamente com o interessado.
- (C) tenha interesse indireto na matéria.
- (D) tenha interesse direto na matéria.
- (E) esteja litigando judicialmente com o companheiro do interessado.

QUESTÃO 23

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a responsabilidade civil estatal subsume-se à teoria do risco administrativo exclusivamente para as condutas estatais comissivas.
- (B) Conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que se caracterize a responsabilidade civil do Estado pela morte de um detento em uma delegacia, um presídio ou uma cadeia pública, é necessário se inquirir sobre a existência de meios disponíveis à Administração Pública para evitar o ocorrido.
- (C) A CF, nas condutas estatais omissivas, aceita a teoria do risco integral.
- (D) A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostente o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso.
- (E) A responsabilidade civil do Estado, nos termos da CF, confunde-se com a responsabilidade subjetiva de seus agentes, perquirida em ação regressiva ou autônoma.

QUESTÃO 24

Para os fins da Lei n.º 8.666/1993, as compras, sempre que possível, deverão

- (A) submeter-se a condições de aquisição e pagamento mais vantajosas que às do setor privado.
- (B) ser processadas independentemente de sistema de registro de preços.
- (C) atender a princípio de padronização que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
- (D) ser efetuadas em parcela única e com pagamento à vista.
- (E) balizar-se pelos preços praticados no âmbito do setor privado.

QUESTÃO 25

Acerca da concessão de serviço público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Por meio da concessão, o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro.
- (B) O poder concedente é titular, dentre outros, do *ius imperii* no atendimento do interesse público.
- (C) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) A tarifa, como instrumento de remuneração do concessionário de serviço público, é exigida diretamente dos usuários.
- (E) A relação jurídica existente entre a concessionária e o usuário possui natureza tributária.

QUESTÃO 26

Conforme a CF, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) será aposentado, com direito à remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (C) será exonerado, com direito à remuneração integral do cargo.
- (D) será aproveitado em outro cargo, com direito à remuneração integral do cargo.
- (E) será reconduzido a outro cargo, com remuneração equivalente.

QUESTÃO 27

Acerca dos direitos fundamentais segundo a CF, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os acordos internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) Subsiste, no sistema normativo brasileiro, base legal para prisão civil do depositário infiel, quer se trate de depósito voluntário (convencional) ou cuide-se de depósito necessário, como o é o depósito judicial.
- (C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, instrumento realizador de seu ideário de construção de uma sociedade justa e solidária.
- (D) Os tratados de direitos humanos têm hierarquia superior à lei ordinária, ostentando *status* normativo supralegal.
- (E) Os direitos à filiação, à identidade genética e à busca pela ancestralidade integram uma parcela significativa dos direitos da personalidade e são elementos indissociáveis do conceito de dignidade da pessoa humana.

QUESTÃO 28

Com relação aos direitos sociais na CF, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do Estado e direito subjetivo das crianças com idade entre zero e sete anos o acesso à educação infantil, de forma gratuita, em creche e pré-escola.
- (B) O princípio da isonomia previsto no texto constitucional deve ser aplicado como norma instituidora de garantia ao tratamento isonômico, ou seja, projeta-se, por meio de norma de eficácia limitada, para assegurar a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual e convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante a lei.
- (C) Muito embora o legislador ordinário tenha uma considerável liberdade de conformação quanto ao conteúdo das elaborações normativas ou relativamente ao modo de organizar a concretização desses direitos, é inegável que os direitos fundamentais sociais sejam dotados de vinculação normativo-constitucional.
- (D) De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), a garantia constitucional de acesso da criança à educação pode ser obstada por razões orçamentárias, a despeito do princípio da dignidade da pessoa humana.
- (E) A licença-gestante, com duração de cento e vinte dias, é exclusiva para as mulheres investidas em cargo efetivo, via concurso público, não se aplicando aos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 29

No que se refere às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta segundo a CF.

- (A) Aos membros do Ministério Público é garantida a vitaliciedade após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (B) À Defensoria Pública aplicam-se exclusivamente os princípios da unidade e da indivisibilidade, não sendo dotada de independência funcional como o Ministério Público.
- (C) Aos membros do Ministério Público é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.
- (D) Aos membros do Ministério Público é garantido o direito de participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (E) Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada a estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios e após relatório circunstanciado das corregedorias.

QUESTÃO 30

No que concerne às atribuições e às responsabilidades do presidente da República, assinale a alternativa correta à luz da CF.

- (A) O presidente da República, na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- (B) Nos crimes de responsabilidade, compete ao STF processar e julgar, originariamente, o presidente da República.
- (C) Cabe ao Senado autorizar ou não a instauração do processo de *impeachment* contra o presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (D) Os atos que atentem contra a CF e, especialmente, contra a probidade na administração, inserem-se entre os crimes de responsabilidade do presidente da República.
- (E) O presidente não ficará suspenso de suas funções em casos de infrações penais comuns, ainda que recebida denúncia ou queixa-crime.

QUESTÃO 31

Pedro, psicólogo do CRP de Natal, contou a alguém fato de que tinha ciência em razão de seu cargo e que devia permanecer em segredo, o que resultou em dano à Administração Pública.

Com base nesse caso hipotético, a conduta de Pedro poderá ser tipificada como

- (A) advocacia administrativa.
- (B) violação de sigilo funcional.
- (C) desobediência.
- (D) tráfico de influência.
- (E) favorecimento pessoal.

QUESTÃO 32

Maria, funcionária pública, inseriu, em documento particular, declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Com base nessa situação hipotética, a conduta de Maria poderá ser tipificada como

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (C) certidão ou atestado ideologicamente falso.
- (D) uso de documento falso.
- (E) falsidade ideológica.

QUESTÃO 33

Acerca dos princípios do direito do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Após a Reforma Trabalhista, trazida pela Lei n.º 13.467/2017, houve a previsão de o empregado negociar livremente com seu empregador, nas mesmas condições concedidas aos sindicatos, as cláusulas do contrato de trabalho. Dessa forma, é certo que o princípio da proteção ao trabalhador não esteja mais presente nas relações trabalhistas, independentemente do nível de instrução do empregado, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- (B) O princípio da função integrativa do direito do trabalho permite ao intérprete, quando houver várias interpretações sobre a mesma norma, utilizar a norma mais favorável ao trabalhador.
- (C) O princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador é absoluto e poderá ser aplicado mesmo quando existirem normas de ordem pública.
- (D) Pelo princípio da continuidade da relação de emprego, o contrato de trabalho é firmado por tempo indeterminado, ou seja, não há prazo previamente fixado para seu fim. Assim, a obrigação de provar a ruptura do contrato de trabalho é do empregador.
- (E) Em respeito ao princípio da primazia da realidade, o trabalho exercido de fato não se sobrepõe às disposições contratuais escritas.

QUESTÃO 34

Conforme as normas contidas na CLT e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a proteção do trabalho da mulher, assinale a alternativa correta.

- (A) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, se ocorrer durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, não garante à empregada gestante a estabilidade provisória, sendo possível a dispensa, sem justa causa, pelo empregador.
- (B) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- (C) A garantia de emprego à gestante autoriza sua reintegração ao trabalho, mesmo se já exaurido o período de estabilidade.
- (D) Em caso de parto antecipado, a mulher não terá direito aos 120 dias de licença-maternidade.
- (E) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, mediante atestado médico, devendo notificar seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28.º dia antes do parto e a ocorrência deste.

QUESTÃO 35

João presta serviços para uma empresa preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo.

Considerando essa situação hipotética e as normas presentes na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível caracterizar relação de emprego entre João e a empresa, uma vez que os serviços realizados por João ocorrem preponderantemente fora de suas dependências.
- (B) O regime descrito na situação hipotética é o de teletrabalho e, nesse caso, João não tem direito à limitação de jornada de trabalho.
- (C) João possuirá jornada de trabalho de oito horas e consequentemente terá direito a horas extras, intervalos e adicional noturno, independentemente da condição efetiva do empregador de controlar e fiscalizar o trabalho realizado.
- (D) Caso João desempenhe suas atividades no regime de teletrabalho, seu comparecimento às dependências da empresa para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracterizará esse regime.
- (E) Se João estiver no regime de teletrabalho, não poderá ser realizada a alteração para o regime presencial por determinação do empregador, mesmo respeitando-se prazos de transição e realizando-se os devidos registros em aditivo contratual.

QUESTÃO 36

A respeito da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração Pública direta e indireta, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- (B) Compete à Justiça comum julgar as ações de indenização, por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- (C) O servidor público da Administração Pública indireta regido pela CLT será julgado pela Justiça comum estadual, competente para conciliar e julgar os dissídios entre o denominado empregado público e a Administração Pública.
- (D) Compete ao TST julgar os conflitos de competência entre tribunais superiores e qualquer outro tribunal.
- (E) A Justiça comum é responsável por processar e julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

QUESTÃO 37

Com relação ao processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo prescricional para postulação de créditos trabalhistas é de cinco anos para trabalhadores urbanos e de dois anos para trabalhadores rurais.
- (B) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão, em regra, efeito suspensivo, salvo as exceções previstas na CLT, permitida a execução provisória até a penhora.
- (C) O não comparecimento do reclamante à audiência importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- (D) Os dissídios individuais cujos valores não excedam a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (E) Nos dissídios coletivos, quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, a representação não poderá ser instaurada pelas federações correspondentes, mas sim pelas confederações respectivas.

QUESTÃO 38

Carlos é autor de determinada ação trabalhista contra uma empresa.

Com base nesse caso hipotético e nas normas contidas na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando se tratar de inquérito, Carlos e a empresa não poderão indicar mais de três testemunhas.
- (B) É faculdade de Carlos e obrigação da empresa a apresentação de um perito.
- (C) As testemunhas comparecerão à audiência, independentemente de notificação ou intimação.
- (D) Como testemunha, a irmã de Carlos poderá prestar compromisso e seu depoimento valerá como prova.
- (E) O documento em cópia oferecido para prova não poderá ser declarado como autêntico, sob responsabilidade pessoal do advogado de Carlos.

QUESTÃO 39

Tomando-se por base o conceito de seguridade social, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevê a CF que a seguridade social deverá ser custeada por toda a sociedade, de forma direta, o que é feito por meio das contribuições sociais, não se admitindo meios indiretos de contribuição.
- (B) De acordo com a CF, a instituição das contribuições sociais é exclusiva da União.
- (C) De modo a atender ao “princípio da não surpresa”, dando-se tempo aos contribuintes e segurados para adequada preparação financeira, as novas contribuições sociais devem respeitar o princípio da anterioridade, segundo o qual a cobrança somente poderá ser exigida no exercício financeiro seguinte à criação.
- (D) São considerados como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social os segurados obrigatórios, que são filiados ao sistema de modo compulsório a partir do momento em que exerçam atividade remunerada e, por ser direito personalíssimo, excluem-se dessa categoria de beneficiários seus dependentes.
- (E) A filiação é o vínculo jurídico que se estabelece entre o segurado e o Regime Geral da Previdência Social, decorrendo automaticamente da atividade remunerada, enquanto a inscrição é um ato formal por meio do qual o segurado fornece dados necessários à sua identificação, podendo ocorrer antes ou depois da filiação.

QUESTÃO 40

Com o objetivo de coagir as empresas a efetuar suas contribuições corretamente, o legislador ordinário instituiu tipos penais, visando àqueles que não cumprem suas obrigações previdenciárias. Com relação aos crimes contra a seguridade social, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o agente que comete a apropriação indébita previdenciária, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, das importâncias ou dos valores, prestando as informações devidas à Previdência Social antes do início da ação fiscal, tem extinta sua punibilidade.
- (B) Se o agente simplesmente facilita a inserção de dados falsos em sistemas informatizados ou no banco de dados da Previdência Social por um funcionário público, não responde por crime, uma vez que a lei exige que o funcionário autorizado faça a inserção, sendo um crime próprio, formal e comissivo.
- (C) A modificação, ou alteração, pelo funcionário, de sistema de informações ou programa de informática, sem autorização ou solicitação da autoridade competente, é considerada como crime material e impróprio, visto que exige um resultado para sua consumação e pode ser cometido por qualquer pessoa.
- (D) Segundo decisões recentes do STJ, mesmo que por curto período de tempo, se o agente deixar de registrar o contrato de trabalho em carteira de trabalho e previdência social (CTPS), responderá por crime, não se admitindo a aplicação do princípio da insignificância.
- (E) Cometendo o agente crime de falsificação com o intuito de deixar de pagar contribuição previdenciária, responderá por esta em concurso com a sonegação de contribuição.

QUESTÃO 41

No que se refere a obrigações tributárias e a fato imponible ou gerador, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação tributária principal é de natureza não patrimonial, enquanto a obrigação tributária acessória é de natureza patrimonial.
- (B) Os fatos geradores de uma obrigação tributária principal podem ser os previstos em lei e os fatos do cotidiano que gerem dever perante o Estado.
- (C) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, torna-se fato gerador de uma obrigação principal, que é relativa à penalidade pecuniária.
- (D) O fato gerador de uma obrigação tributária principal não pode gerar, na mesma oportunidade, uma obrigação tributária acessória.
- (E) Para o surgimento de uma obrigação tributária, deve-se levar em conta a validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, responsável ou terceiro, bem como a natureza de seu objeto e seus efeitos.

QUESTÃO 42

Acerca de conceito, constituição, suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o crédito tributário for constituído diretamente pelo sujeito passivo, não será necessária a atuação da autoridade administrativa.
- (B) Uma vez constituído, o crédito tributário somente se modificará, se extinguirá ou terá sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos previstos em lei, fora dos quais não poderá a autoridade administrativa dispensar seu pagamento ou suas garantias, sob pena de responsabilidade funcional.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, dever-se-á fazer a conversão para a moeda nacional, considerando-se o câmbio do dia do lançamento.
- (D) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não poderá ocorrer antes de sua constituição definitiva, visto que é com a constituição do crédito que nasce o direito de exigí-lo.
- (E) A lei que concede a moratória, forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não poderá ser aplicada à determinada região do território da pessoa jurídica que a expedir ou à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos, devendo, portanto, ter seus efeitos estendidos para todos, *erga omnes*.

QUESTÃO 43

Dispõe o artigo 1.º do Código Civil que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Por outro lado, o artigo 2.º assevera que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida. Com relação aos conceitos de capacidade e personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A partir do nascimento com vida, o ente passa a ser sujeito de direito e de deveres, tornando-se, porém, requisito inafastável, sendo que sua ocorrência ou não determina consequências da mais alta relevância, inclusive no aspecto sucessório.
- (B) Sendo transitória a causa da impossibilidade de expressão da vontade, não se pode considerar uma pessoa como relativamente incapaz.
- (C) A existência da pessoa natural somente termina com a morte natural ou física.
- (D) Para a individualização da pessoa natural no seio da sociedade e da família, usa-se o prenome e o sobrenome, sendo vedado pela lei a alteração, exceto nos casos em que exponha a pessoa ao ridículo.
- (E) O atual Código Civil dispõe que os direitos da personalidade possuem as mesmas características dos direitos de ordem patrimonial e, por consequência, possuem conteúdo econômico imediato, podendo-se, ainda, destacá-los da pessoa de seu titular.

QUESTÃO 44

Acerca dos conceitos e das consequências da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) Com base em um critério clássico de distinção, tem-se que a decadência atinge diretamente a ação e, por via oblíqua, faz desaparecer o direito por ela tutelado, enquanto a prescrição, ao contrário, atinge diretamente o direito e, por consequência, extingue a ação.
- (B) A prescrição pode ser classificada como aquisitiva e extintiva, uma vez que, em seu conceito, o decurso do tempo, elemento comum às duas espécies, tem influência tanto para se adquirir direitos quanto para extingui-los.
- (C) A prescrição, a preempção e a preclusão são institutos que geram a perda de direitos ou faculdades, sendo que as duas primeiras são de natureza material e a última, de natureza processual.
- (D) É válida a renúncia à prescrição, desde que expressa, sem prejuízo a terceiros e realizada depois que a prescrição se consumar.
- (E) Como regra, os prazos prescricionais são aqueles definidos por lei, contudo, por acordo das partes, estes prazos e, ainda, as causas de interrupção e suspensão podem ser alterados.

QUESTÃO 45

No que se refere ao domicílio das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) O domicílio da pessoa natural pode ser voluntário, quando escolhido por ela, não podendo coexistir com o necessário, uma vez que este é determinado por lei em razão da condição ou da situação da pessoa.
- (B) A pessoa jurídica que possuir diversos estabelecimentos deverá eleger um deles como seu domicílio, fazendo constar de seu estatuto ou ato constitutivo.
- (C) Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, seu domicílio será o local onde for encontrada.
- (D) Os contratantes devem respeitar as normas legais no que se refere ao domicílio, não se admitindo, no direito brasileiro, o domicílio convencional por meio do qual as partes especifiquem onde devem ser exercitadas e cumpridas as obrigações resultantes do contrato.
- (E) Se um agente diplomático que tenha sido citado no estrangeiro alegar extraterritorialidade sem designar seu domicílio no país, deverá ser demandado no Distrito Federal, uma vez que ali está localizada a capital do País.

QUESTÃO 46

Bem, em sentido filosófico, é tudo o que satisfaz uma necessidade humana. Juridicamente falando, o conceito de coisas corresponde ao de bens. Tomando-se por base a classificação dos bens, assinale a alternativa correta.

- (A) São bens fungíveis os bens móveis ou imóveis que possam ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (B) Os bens podem ser divididos em consumíveis e não consumíveis, sendo certo que estes últimos, embora utilizados, preservem suas qualidades para os fins a que se destinem e, quando sofrerem deterioração, perecendo suas primitivas formas e sua utilidade, serão incluídos no conceito de bens consumíveis.
- (C) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, não se admitindo, por outro lado, que, mediante um negócio jurídico, se estabeleça a indivisibilidade da coisa.
- (D) Ao se tratar dos bens reciprocamente considerados, tem-se que os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, desde que separados do bem principal.
- (E) Os bens considerados em si mesmos podem ser divididos em móveis e imóveis, sendo que os primeiros são adquiridos pela simples tradição e os segundos dependem de escritura pública e registro em cartório competente, com exceção daqueles cujo valor seja inferior a trinta vezes o maior salário mínimo do País.

QUESTÃO 47

De acordo com a nova normatização das audiências de mediação e de conciliação, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de ato prévio e isolado, buscando-se, ainda, a celeridade processual, as audiências de conciliação e de mediação deverão ser realizadas e finalizadas em uma única sessão.
- (B) A audiência de conciliação e de mediação não será realizada quando as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual, devendo o autor fazê-lo, desde logo, na petição inicial e o réu, quando de sua intimação para o ato, em certidão lavrada por oficial de justiça.
- (C) Nos processos cujo objeto seja direito indisponível, não serão realizadas as audiências de conciliação e(ou) mediação.
- (D) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado como ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa.
- (E) Nas audiências de conciliação e mediação, as partes devem-se fazer pessoalmente presentes, não podendo se fazer representar por advogados ou por terceiros, mesmo que com procuração com poderes específicos.

QUESTÃO 48

A respeito dos conceitos, da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que o ato processual tiver uma forma prevista em lei, deverá ser praticado segundo tal formalidade, sob pena de nulidade.
- (B) De comum acordo, o magistrado e as partes poderão fixar calendário para a prática de atos processuais, sendo que este vinculará os acordantes, não se podendo modificar os prazos nele previstos.
- (C) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa.
- (D) Segundo entendimento do STJ, todos os atos e termos do processo devem ser redigidos em língua portuguesa, não se admitindo a juntada de documento em língua estrangeira, exceto se acompanhado de versão em língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.
- (E) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade somente produzem seus efeitos quanto à constituição, modificação ou extinção de direitos processuais após competente homologação judicial.

QUESTÃO 49

Acerca das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que opõe resistência injustificada ao andamento do processo é considerado como litigante de má-fé, sendo sua conduta também tipificada como ato atentatório à dignidade da jurisdição e cabendo a cumulação de multas previstas na legislação.
- (B) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado, de plano, extinguirá o processo, sem o julgamento de seu mérito, não impossibilitando que se ajuíze nova ação, sanada a pendência.
- (C) Do autor da ação, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no País ao longo da tramitação do processo sempre será cobrada caução suficiente para o pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária.
- (D) Caso a sentença tenha sido proferida com fundamento em desistência, em renúncia ou reconhecimento do pedido, total ou parcialmente, todas as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
- (E) Não é possível que um dos cônjuges proponha sozinho uma ação judicial que tenha como objeto direitos reais imobiliários.

QUESTÃO 50

Quanto à tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) As tutelas provisórias de urgência e de evidência exigem, para seu deferimento em cognição sumária, a probabilidade de existência do direito e do perigo do tempo.
- (B) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor, não se podendo modificar ou aditar a causa de pedir, uma vez que se trata de fundamento daquela.
- (C) Em regra, no caso de suspensão do processo por qualquer causa, a tutela provisória perderá sua eficácia durante esse período.
- (D) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (E) Se o réu, quando citado para contestar o pedido da tutela cautelar antecedente, não apresentar resposta, será considerado como revel, não podendo impugnar aqueles fatos quando do pedido principal.